



NOTA SOBRE O TOMISMO TRANSCENDENTAL DE LUÍS CARLOS SILVA DE SOUSA *

Note on the transcendental Thomism of Luís Carlos Silva de Sousa

Luiz Marcos da Silva Filho **

Resumo: Esta Nota pretende pensar limites da atualização de Tomás de Aquino por Luís Carlos Silva de Sousa em seu artigo “Conhecimento e participação nas razões eternas em Tomás de Aquino: duas leituras” (*Síntese*, v. 48, n. 151, 2021), com a hipótese de que uma metafísica tomista sem lastro na física aristotélica torna-se inconsistente e uma mitologia.

Palavras-chave: Tomismo. Transcendental. Hermenêutica. Ontologia. Metafísica.

Abstract: This Note intends to think about the limits of updating of Thomas Aquinas by Luís Carlos Silva de Sousa in his article “Knowledge and participation in the eternal reasons in Aquinas: two readings” (*Síntese*, v. 48, n. 151, 2021), with the hypothesis that a Thomistic metaphysics, without grounding in Aristotelian physics, becomes inconsistent and a mythology.

Keywords: Thomism. Transcendental. Hermeneutics. Ontology. Metaphysics.

Luís Carlos Silva de Sousa, em um artigo de fôlego e com um domínio impressionante da literatura crítica, intitulado “Conhecimento e participação nas razões eternas em Tomás de Aquino: duas leituras” (publicado no v. 48, n. 151, em 2021, nesta revista *Síntese*), desenvolve a partir da noção de participação um tomismo transcendental, dialético e

* Artigo recebido em 09.02.2023 e aprovado para publicação em 04.07.2023.

** Doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo (2012). Professor permanente do Programa de Pós-graduação em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor da Faculdade de São Bento, São Paulo.

hermenêutico bastante original, consideravelmente amparado em leituras de Lima Vaz e tomando distância de Cornelio Fabro, com cuja leitura, por meu turno, guardo mais afinidades. Sousa sustenta em chave agostinista e transcendental-hermenêutica o seguinte:

Tomás de Aquino reconhece, com Agostinho, que o ser humano está naturalmente voltado a Deus, pela vontade e pelo conhecimento. Deus está presente no espírito humano: ao conhecer a si mesmo, faz de certo modo uma implícita experiência de Deus presente em seu espírito. Não se trata, é claro, de uma intuição da essência de Deus, mas um apontar para Ele na medida em que o ser humano tem uma experiência da ilimitação intensiva de seu espírito, na abertura ao ente em seu todo¹.

Adiante, o mais surpreendente é a conclusão dessa “experiência” (diga-se, *a posteriori*?) à luz da reconceituação de Karl Rahner do *excessus* ou ultrapassamento como antecipação ou pré-compreensão (*Vorgriff*): “Deus pode ser conhecido de certo modo *a priori*, algo que não está suficientemente desenvolvido em Tomás de Aquino, mas que, assim interpretamos, está de acordo com sua intenção última e corresponde a um aspecto fundamental de seu pensamento (cf. De Veritate q. 1, a. 1)”². Estou de acordo quanto ao fundo agostinista a respeito da presença de Deus na interioridade humana, mas não quanto a qualquer conhecimento humano ou pré-compreensão *a priori* de Deus em Tomás de Aquino e nem quanto à comensurabilidade entre o mestre interior agostiniano e uma experiência tomista de abertura ao ser, a começar porque se trata de ontologias diversas numa e noutra ambiências (isso para não simplificar mais os conceitos projetando aqui ontologias fenomenológicas³). Sousa, todavia, concede que isso “não está suficientemente desenvolvido em Tomás de Aquino”, embora afirme que a leitura guarde acordo com a “intenção última” do autor e “corresponde a um aspecto fundamental de seu pensamento”⁴. Adiante, procurarei dizer melhor por que a leitura de Sousa (e indiretamente de alguns intérpretes em quem se ampara) parece não corresponder a muitos outros aspectos fundamentais da filosofia tomástica (sem entrar no mérito de qual seria a “intenção última” de Tomás de Aquino).

Contra qualquer instância pré-teórica *a priori* em Tomás de Aquino, é suficiente recordar algumas passagens das mais frequentadas de sua obra a respeito de suas provas sobre a existência de Deus e de seu dis-

¹ SOUSA, L. C. S. de. “Conhecimento e participação nas razões eternas em Tomás de Aquino: duas leituras”. *Síntese*, v. 48, n. 151 (2021), p. 338. Grifos meus.

² *Ibid.*, p. 339. Grifo do autor.

³ Para uma discussão a respeito das continuidades e descontinuidades entre as interioridades agostiniana (consustancial ou pericorética) e tomasiana (sub-jetivada) à luz da problemática interpretação heideggeriana de *excessus* como transcendência horizontal, cf. LIBERA, A. de. *Arqueologia do Sujeito: Nascimento do Sujeito*. São Paulo: Editora Fap-Unifesp, 2013, p. 364-410, especialmente p. 381-382.

⁴ SOUSA, *art.cit.*, p. 339.

curso negativo sobre o que é Deus. Ora, não à toa Tomás rejeita provas agostinianas *a priori* da existência de Deus em proveito exclusivamente de provas *a posteriori* (cf. *ST.*, I, q. 2; *SCG*, I, xiii), também não à toa em Agostinho a certeza de si (“eu sou”, “eu vivo”, “eu penso”...) deságua em provas da existência do supremo ser, suprema vida, suprema verdade e nada disso se passa igualmente em Tomás de Aquino, ademais não à toa a investigação da essência divina é *a posteriori* e apofática em Tomás (cf. *ST.*, I, q. 3). É verdade que contra essas objeções encontra-se no artigo de Sousa argumentação em favor de certo conhecimento humano positivo de Deus e “intuição do *esse* como ato perfeito” (2021, p. 347) contidos no juízo negativo (a *separatio*), como operação do intelecto humano para o estabelecimento do *subiectum* da metafísica (conforme *Ex DTrin.*, q. 5, a. 3), considerando o juízo negativo em dois níveis: a negação (pela *via resolutionis*) e o ultrapassamento (*per excessum*).

Entretanto, discernir que o objeto da metafísica é não só o *ens commune* ou o ente enquanto ente, mas primordialmente o ato de ser (*actus essendi*) ou aquilo pelo qual o ente é não nos conduz necessariamente ao “círculo da *pré-compreensão do Absoluto*”⁵ ou a “um dinamismo transcendental do espírito”⁶. Sobre isso, a discussão entre intérpretes é profusa e talvez seja o centro e a referência dos muitos tomismos que proliferaram no século XX a partir de trabalhos de filósofos, teólogos e comentadores da estatura de Gilson, Fabro, Maréchal, Maritain, Rahner, Coreth, Owens, Lima Vaz, Wippel, Lotz e outros. Assim, por óbvio aqui não é o lugar para eu ensaiar qualquer tomada de posição temerária a respeito, de modo que me restringirei a indicar apreço pela solução de Wippel (2000, cap. II “Our Discovery of the Subject of Methaphysics”, p. 23-62) a respeito da dependência entre o conceito de ente e os juízos existenciais.

Muito sucintamente, a leitura de Wippel propõe que as duas operações⁷ do intelecto humano no estado de vida presente são realizadas sinté-

⁵ *Ibid.*, p. 347.

⁶ *Ibid.*, p. 354.

⁷ “[...] *duplex est operatio intellectus. Una, quae dicitur intelligentia indivisibilium, qua cognoscit de unoquoque, quid est. Alia vero, qua componit et dividit, scilicet enuntiationem affirmativam vel negativam formando.*”. TOMÁS DE AQUINO. *Ex DTrin.*, q. 5, a. 3, Resp.. “[...] há uma dupla operação do intelecto: uma que é denominada inteligência dos indivisíveis pela qual conhece, de tudo, o que é; a outra, pela qual compõe e divide, a saber, formando um enunciado afirmativo ou negativo.” (ed. bras., 1999, p. 118). Cf. também *ST*, I, q. 85, a. 2, ad 3m. Em outras palavras e de maneira breve, a primeira operação é a intelecção dos indivisíveis ou indivíduos (por meio da abstração e concreção, como explicarei a seguir) e a segunda, simplificada, é o juízo que compõe e divide, formando proposições afirmativas ou negativas. Para um comentário contrastante com a interpretação de Wippel, cf. NASCIMENTO, C. A. R.. “As questões da primeira parte da *Suma de Teologia* de Tomás de Aquino sobre o conhecimento intelectual humano”. In: TOMÁS DE AQUINO, *Suma de Teologia*. Primeira Parte. Questões 84-89. Uberlândia: EDUFU, 2006, p. 29-35, em que o comentador de maneira mais analítica do que sintética entende a anterioridade condicionante da primeira operação do intelecto e a posterioridade condicionada da segunda operação, a qual também é problematizada

tica e simultaneamente no ato do juízo existencial, o que lança leitura bastante original de *ST*, I, q. 84, a. 7, ao descortinar que a abstração da espécie inteligível e sua concretização ou conversão à imagem sensível (*conversio ad phantasmata*) não são operações temporalmente sucessivas e com anterioridade condicionante do ato judicativo, nem são etapas antepredicativas, pois a formação dos conceitos ou universais se dá simultaneamente com sua instanciação ou concretização numa imagem particular, que, por sua vez, coincide (embora não se confunda) com o ato de um juízo existencial. Desse modo, a constituição do conceito de ente em geral ocorre a partir de juízos existenciais, que julgam o que tem ser. É verdade que a noção de ente comum assim compreendida não se confunde com o ato de ser (*actus essendi*) ou com aquilo pelo qual o ente é, ou seja, Deus, e sim é uma noção da mera atualidade universalizada por abstração do todo, que inclui sem excluir o ente como nota característica comum a tudo que é.

Todavia, se a noção de ente é constituída não só pela primeira operação do intelecto e sim sinteticamente também pela segunda, isto é, não só pela apreensão da quiddidade, mas também pelo ato judicativo existencial, como compatibilizar as célebres passagens em que Tomás de Aquino nos diz (relendo Avicena) que o ente é o primeiro que cai em nosso intelecto⁸? A solução de Wippel para o problema mais uma vez mobiliza sua leitura pouco ou nada analítica e primordialmente sintética das duas operações do intelecto. Como antes, assim como a primeira operação não guarda anterioridade condicionante temporal sobre a segunda (a apreensão da quiddidade e o ato judicativo existencial), aqui novamente a afirmação de que o ente é o que o intelecto concebe por primeiro como o mais conhecido (*notissimum*) não quer dizer anterioridade temporalmente condicionante da apreensão de qualquer conceito, e sim quer dizer que tudo o que é apreendido pelo intelecto se reduz (*resolvit*, conforme *DV*, q. 1, a.1) à noção de ente, ou seja, a uma existência factual.

A partir daqui, a passada da dimensão ôntica para a ontológica, da mera atualidade para a noção metafísica de ser como aquilo pelo qual o ente é ou como o *ipsum esse subsistens* necessariamente só pode ser efetuada por

por Nascimento no que diz respeito à associação ou não da composição e divisão com o assentimento. Mais próximas da interpretação de Wippel, porém com notáveis diferenças em relação ao estatuto dos juízos existencial e negativo, são as de MARÉCHAL, J. *Le Point de Départ de la Métaphysique. Le Thomisme devant la Philosophie Critique*. Vol. V. 2^a ed. Paris: Desclée de Brouwer, 1949, p. 281-305; LIMA VAZ, H. C. de. "Tomás de Aquino: pensar a Metafísica na aurora de um novo Século". *Síntese*, v. 23, n. 73 (1996), p. 159-207; LANDIM FILHO, R. "Abstração e Juízo: observações sobre a noção de ente e de ser em Tomás de Aquino". In: ÉVORA, F.; FARIA, P.; LOPARIC, A.; SANTOS, L. H. L. dos; ZINGANO, M. (Org.). *Lógica e Ontologia: ensaios em homenagem a Balthazar Barbosa Filho*. São Paulo: Discurso Editorial, 2004, p. 189-208.

⁸ Cf. *DEE*, I; *DV*, q. 1, a.1.

juízos negativos⁹, tanto pela *via resolutionis*, como *per excessum* ou ultrapassamento, porém supor que haja nesses juízos negativos suprassunção (*Aufhebung*), dinamismo transcendental de uma subjetividade originária e intuição de uma pré-compreensão *a priori* de Deus significa desconsiderar todas as mediações *a posteriori* (e não são poucas!) percorridas, entre elas a dos juízos existenciais ou de segundo adjacente (*S é*), para então haver juízos de terceiro adjacente (*S é P*), para então, na formulação de juízos negativos pela *via resolutionis* sobre o “ato de todos os atos”, haver afirmação (*per excessum*) decorrente da negação.

Assim, é no mínimo estranha a postulação de uma noção pré-teórica de Deus decorrente de uma cadeia de juízos, no contexto de uma metafísica fundada nos limites do juízo. Ademais, a passada da noção de ente para a noção de ato de ser – ainda que consideradas indemonstráveis (o que certamente só para a primeira noção não é de todo problemático) e contidas incoativamente em todo juízo afirmativo – pressupõe uma física primordialmente aristotélica (com a estrutura categorial e hilemórfica do mundo) e uma teoria das ideias como noções e exemplares na mente de Deus (desempenhando papel de causas formais, eficientes e finais das criaturas), que somente não são assunções dogmáticas e imaginárias se guardarem consistência e compatibilidade com o paradigma científico da época, o que certamente ocorria lá no século XIII cristão, latino, ocidental¹⁰.

Ademais, o sentimento religioso, decorrente da apreensão de que o verbo humano mimetiza o Verbo divino ou de que o movimento discursivo reflete a circulação (por causalidade e participação) de uma energia existencial originariamente criadora (para usar expressão de Gilson), igualmente só não recai num irracionalismo ou num estreito subjetivismo se amparado numa compatibilidade consistente entre essa metafísica discursiva e a física em vigência numa determinada época (embora eu estime o sentimento religioso irredutivelmente Real enquanto afeto e eficaz simbolicamente). Assim, a crítica de Sousa segundo a qual Fabro teria limitado sua interpretação da teoria do conhecimento tomásica à

⁹ “[...] para que seja possível discorrer sobre o ser, é necessário não identificá-lo com qualquer modo de ser do ente. Para isso são necessários juízos negativos: não é o ente enquanto ser corporal, não é o ente enquanto ser vivo, não é o ente enquanto forma, não é o ente enquanto composto de sujeito e existência etc. que determinam a questão central da metafísica; mas é o ato de ser ou o ser como ato. Daí a relevância dada por Tomás de Aquino e por alguns de seus intérpretes à função do ato judicativo na constituição do discurso metafísico”. LANDIM FILHO, “Abstração e Juízo: observações sobre a noção de ente e de ser em Tomás de Aquino”, p. 208.

¹⁰ Desenvolvi com mais vagar um problema afim (sobre o desconcerto da “teoria do conhecimento” tomásica consequente de sua perda de lastro na metafísica e na física de sua época) em SILVA FILHO, L. M. da. “Fundamento do universal no singular em Tomás de Aquino: natureza comum, similitude e/ou ideia?”. *Dois pontos*, v.18, n. 1 (2021), p. 144-169.

dimensão ôntica¹¹ consiste em lamentar que o comentador italiano não tenha ousado dissolver a consistência científica que a obra de Tomás de Aquino guardava em sua época. Eis por que não ultrapassar a dimensão ôntica e não vislumbrar poder mágico do juízo negativo não implica necessariamente em falta interpretativa, nem recair num antropologismo ou nos limites da razão pura teórica kantiana, nem superar o antropologismo implica necessariamente recair num idealismo, ontologismo ou numa ontologia fundamental, pois há muitos outros “caminhos da destranscendentalização” (para usar expressão de Habermas)¹².

Sousa, não obstante, assume que está desenvolvendo uma “teoria transcendental do Absoluto”¹³ bastante própria com a postulação da mediação dialética da subjetividade, a ponto de concluir explicitamente que há “uma aporia no pensamento de Tomás de Aquino, por este não reconhecer em nosso acesso a Deus um ‘círculo de compreensão’ no próprio processo de conhecimento intelectual humano”¹⁴. Ao fim e ao cabo, a interpretação de Sousa parece ir ao encontro da chamada “virada teológica” (e Apologética?) da fenomenologia, da hermenêutica e não sem motivo as obras de Emerich Coreth ocupam lugar proeminente em seu ensaio de fundamentação do conhecimento *a priori* de Deus a partir de Tomás de Aquino e a despeito dele. O resultado é um tomismo idealista estranha e simultaneamente criacionista (com a postulação de ideias na mente de Deus), transcendental (com dimensões subjetivas pré-teóricas *a priori*), dialético (com *Aufhebung* em sentido hegeliano) e hermenêutico (com a postulação de uma ontologia fundamental e dimensão abrangente entre subjetividade e objetividade). De fato, uma teoria assim parece somente possível ao preço da perda de sistematicidade, consistência, sentido histórico e compatibilidade entre a

¹¹ “Ele [Fabro] inclusive deformou o pensamento de Rahner a respeito de seu sentido de transcendência. Cf. SA [La *Svolta Antropológica di Karl Rahner*]. Não percebeu, em nível ontológico, o alcance da *transposição do compreender epistemológico para o ser que compreende*. Ele não assimilou o caráter ontológico da subjetividade como momento constitutivo para uma correta compreensão do *Esse* absoluto, movendo-se assim no horizonte da metafísica tradicional e sua índole ôntica. Seria necessário pensar o *Esse* absoluto enquanto *dimensão abrangente*, unidade entre subjetividade constituinte e o mundo constituído (como fazem E. Coreth e Lima Vaz), mas Fabro permanece vinculado à formulação objetivista da tradição escolástica, isto é, a uma formulação pré-moderna.” SOUSA, *art. cit.*, p. 345. Grifos do autor. “[...] Fabro se mantém no horizonte ôntico de sentido da Escolástica tradicional, e não reconhece o papel fundamental do juízo negativo na teoria do conhecimento de Tomás de Aquino. Em consequência, o acesso às razões eternas supõe um ‘recurso a Deus’ de modo irrefletido, sem pensar o papel de mediação da subjetividade e a dimensão originária entre subjetividade e objetividade.” *Ibid.*, p. 355. Grifo do autor.

¹² Aponto outros “caminhos da destranscendentalização” na seção intitulada “Considerações sobre Tomás com Kant, antropologismo e a morte do homem” do meu capítulo “Intelecções divina e humana em Tomás de Aquino (com notas sobre Agostinho e Kant)”. In: RODRIGUES, Cassiano Terra; SILVA FILHO, L. M. da. (Org.). *Um medievalista entre nós – homenagem a Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento* (no prelo).

¹³ SOUSA, *art. cit.*, p. 354.

¹⁴ *Ibid.*, Loc. Cit.

metafísica e a física de sua época, algo que desconcerta inelutavelmente ao menos o espírito da obra de Tomás de Aquino e certamente não “corresponde a um aspecto fundamental de seu pensamento”¹⁵.

Referências

TOMÁS DE AQUINO. *Quaestiones Disputatae de Veritate*. In: *Opera Omnia*, ed. Leonina, t. XXII, Vol.1-3. Roma: Ed. di san Tommaso, 1970-1976.

_____. *Suma Teológica* Vol. I e II. Coordenação de Carlos-Josaphat Pinto de Oliveira. Edição bilíngue latim-português. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

_____. *Super Boetium de Trinitate*. In: *Opera Omnia*, ed. Leonina, t. XLIII. Roma: Editori di San Tommaso, 1976.

_____. *Comentário ao Tratado da Trindade de Boécio: questões 5 e 6*. Tradução e introdução de Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

_____. *O ente e a essência*. Tradução de Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. *Suma de Teologia*. Primeira Parte. Questões 84-89. Tradução e introdução de Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento. Uberlândia: EDUFU, 2006.

FABRO, C. (1939). *La nozione metafisica di partecipazione secondo S. Tommaso d'Aquino*. Opere Complete, volume 3. Segni: Editrice del Verbo Incarnato, 2005.

GILSON, E. *Le thomisme*. Introduction à la philosophie de Saint Thomas d'Aquin. Paris: Vrin, 1944.

LANDIM FILHO, R. “Abstração e Juízo: observações sobre a noção de ente e de ser em Tomás de Aquino”. In: ÉVORA, F.; FARIA, P.; LOPARIC, A.; SANTOS, L. H. L. dos; ZINGANO, M. (Org.). *Lógica e Ontologia: ensaios em homenagem a Balthazar Barbosa Filho*. São Paulo: Discurso Editorial, 2004, p. 189-208.

LIBERA, A. de. *Arqueologia do Sujeito: Nascimento do Sujeito*. Trad. Murad, F. C. São Paulo: Editora Fap-Unifesp, 2013.

LIMA VAZ, H. C. de. “Tomás de Aquino: pensar a Metafísica na aurora de um novo Século”. *Síntese*, v. 23, n. 73 (1996), p. 159-207.

MARÉCHAL, J. *Le Point de Départ de la Métaphysique. Le Thomisme devant la Philosophie Critique*. Vol. V. 2^a ed. Paris: Desclée de Brouwer, 1949.

NASCIMENTO, C. A. R. DO. “As questões da primeira parte da *Suma de Teologia* de Tomás de Aquino sobre o conhecimento intelectual humano”. In: TOMÁS DE AQUINO, *Suma de Teologia*. Primeira Parte. Questões 84-89. Tradução e introdução

¹⁵ *Ibid.*, p. 339. Sou grato à observação de um dos pareceristas que avaliou este artigo a respeito da ausência, tanto no artigo de Sousa, quanto nesta Nota, do trabalho de Lotz (*Martin Heidegger e São Tomás de Aquino*. Tradução de Lumir Nahodil. Lisboa: Instituto Piaget, 2002), que não pude preencher.

de Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento. Uberlândia: EDUFU, 2006, p. 9-42.

OWENS, J. "Thomistic Common Nature and Platonic Idea". *Mediaeval Studies*, 21, 1959, p. 211-223.

PUNTEL, L. B. *Ser e Deus: um enfoque sistemático em confronto com M. Heidegger, É. Lévinas e J.-L. Marion*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2011.

SILVA FILHO, L. M. da. "Fundamento do universal no singular em Tomás de Aquino: natureza comum, similitude e/ou ideia?". *Dois pontos*, v.18, n. 1 (2021), p.144-169. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/dp.v18i1.78974> (Acesso em 20/03/2022).

SOUSA, L. C. S. de. "Conhecimento e participação nas razões eternas em Tomás de Aquino: duas leituras". *Síntese*, v. 48, n. 151 (2021), p. 327-355. DOI: <https://doi.org/10.20911/21769389v48n151p327/2021>.

WIPPEL, J. F. *The Metaphysical Thought of Thomas Aquinas: from finite being to uncreated being*. Washington: The Catholic University Press, 2000.

Endereço do Autor:

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Rua Ministro Godói, 969 – 4º andar – sala 4E-16

Perdizes

05015-001 São Paulo – SP

Email: lmarcosfilho@gmail.com